

PAUTA MÍNIMA

Eleições CREA-GO

2026



Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás

Engenharia valorizada. Goiás desenvolvido.

APRESENTAÇÃO

A Engenharia atravessa um momento de profunda introspecção e urgência. Historicamente reconhecida como o motor do progresso e da infraestrutura nacional, a área enfrenta hoje um cenário de paradoxos: ao mesmo tempo em que a complexidade das demandas globais, como a transição energética e a inovação tecnológica, no campo ou nos centros urbanos, exige soluções e profissionais altamente capacitados, observamos um esvaziamento preocupante nos cursos acadêmicos e no registro profissional.

Dados recentes apontam uma queda sistemática na procura pelos cursos de Engenharia nas mais diversas modalidades. Mais alarmante do que a baixa procura, porém, é o índice de evasão: uma parcela significativa de estudantes abandona a formação no meio do percurso, desestimulada pelo hiato entre o rigor acadêmico e as perspectivas reais de mercado. O resultado é um número reduzido de formados e, conseqüentemente, uma parcela ainda menor que efetivamente busca o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Esse fenômeno não é apenas uma crise educacional; é um sintoma da desidratação do prestígio da profissão.

Esta crise de identidade e de braços qualificados está intrinsecamente ligada à ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Sem um plano de Estado que coloque a Engenharia como um de seus pilares fundamentais, as carreiras técnicas tornam-se vulneráveis à volatilidade econômica e ao desinvestimento. A Engenharia não é um custo, mas um investimento soberano. A falta de grandes obras de infraestrutura, o enfraquecimento da indústria nacional e a precarização dos serviços públicos criam um ambiente de incertezas que afasta jovens talentos.

Somam-se a isso as transformações drásticas no mundo do trabalho. A pejetização excessiva, o descumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP) e a substituição de funções típicas de Estado por cargos genéricos sem as garantias devidas têm gerado uma desvalorização sem precedentes do capital intelectual. O engenheiro, hoje, muitas vezes é contratado sob outras nomenclaturas para que as empresas e o poder público esquivem-se de suas obrigações legais, ferindo a dignidade da categoria e comprometendo a segurança da sociedade.

Nesse contexto, o papel do CREA-GO e das entidades representativas, como o SENGE-GO, torna-se vital. Não basta apenas fiscalizar o exercício profissional; é preciso atuar em consonância política e institucional para resgatar a relevância do setor. O Conselho deve ser o guardião da ética e da habilitação técnica, mas também um agente proativo na cobrança de políticas públicas que fomentem a empregabilidade e o respeito ao piso salarial.

Este documento, portanto, nasce da necessidade de alinhar expectativas e estabelecer compromissos concretos com a próxima gestão do CREA-GO. Acreditamos que a valorização da Engenharia passa, obrigatoriamente, por uma articulação forte entre o órgão de fiscalização e as entidades representativas da categoria, como é o caso do SENGE-GO.

Essa atuação conjunta deve garantir que os engenheiros e as engenheiras goianas tenham não apenas o dever de estar registrados, mas o orgulho e o respaldo necessários para transformar a realidade do nosso Estado.

Diante desse cenário, apresentamos dez proposições e sugestões à futura gestão no Sistema Confea/Crea/Mútua.

1. Fiscalização forte, atuante e proativa

A fiscalização deve ser consolidada como o pilar central de defesa da sociedade e da reserva de mercado para profissionais habilitados. Para isso, há a necessidade urgente de um planejamento estratégico de longo prazo que promova uma rotina de inteligência, com cronogramas rigorosos que abranjam todos os segmentos produtivos, do agronegócio à indústria e aos serviços urbanos. É imperativo que toda diligência seja conduzida ou tecnicamente orientada por profissionais habilitados, garantindo a qualificação do ato fiscalizatório, preferencialmente por empregados de carreira do Conselho.

Além disso, a fiscalização deve ser educativa, mas punitiva quando necessário, combatendo com rigor o exercício ilegal, assegurando que a responsabilidade técnica seja uma realidade em cada projeto, serviço ou obra em Goiás.

2. Salário Mínimo Profissional (SMP)

A manutenção e a valorização do Salário Mínimo Profissional são inegociáveis para a dignidade da categoria. O Conselho deve atuar de forma intransigente pela aplicação da Lei nº 4.950-A/1966, articulando-se permanentemente com o sindicato para denunciar e combater editais e contratações que ignorem o piso legal.

Diante do cenário de congelamento imposto pelo STF, é fundamental que o CREA-GO, seguindo o entendimento do SENGE-GO, defenda que o SMP seja corrigido pelos índices de reajuste dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Essa proteção deve incidir tanto no ato da contratação quanto na manutenção da base salarial, evitando que o profissional seja precarizado por manobras administrativas ou jurídicas, preferencialmente contando com monitoramento ativo das Câmaras Especializadas e com a atualização das normas de fiscalização para registro de empresas e cumprimento do Salário Mínimo Profissional.

3. Discussão do PL 1024/2020

O Sistema Confea/Crea/Mútua deve promover uma ampla e transparente discussão sobre o Projeto de Lei nº 1024/2020, dada a sua relevância para o futuro da profissão e para a segurança da sociedade. O CREA-GO precisa liderar esse debate junto às entidades de classe, garantindo que as mudanças propostas não comprometam a soberania técnica nacional nem fragilizem as prerrogativas dos profissionais brasileiros.

É papel do Conselho assegurar que qualquer modernização legislativa venha acompanhada de mecanismos que valorizem o capital intelectual local e fortaleçam a fiscalização do exercício profissional em todas as suas frentes.

4. Integração do Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA

É urgente promover uma integração efetiva e harmônica entre as diversas entidades que compõem o Sistema. A valorização da Engenharia depende de uma atuação conjunta e estratégica entre o Conselho Regional, o Conselho Federal e a Caixa de Assistência dos Profissionais, reconhecendo e apoiando o papel fundamental das entidades de classe. Essa sinergia deve focar o fortalecimento institucional e a entrega de benefícios reais aos profissionais, garantindo que o Sistema funcione como uma rede de suporte e fomento ao desenvolvimento técnico e social.

5. Respeito aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)

O CREA-GO deve servir de exemplo nas relações trabalhistas, mantendo em dia os Acordos Coletivos de Trabalho com os sindicatos que representam seus colaboradores. Isso inclui o diálogo constante com o SENGE-GO, representante dos engenheiros empregados da autarquia, e com o sindicato da categoria preponderante. O respeito à data-base e a garantia de condições dignas de trabalho dentro do próprio Conselho são premissas básicas para que a instituição tenha legitimidade ao cobrar o cumprimento de direitos profissionais no mercado externo.

6. Critérios transparentes para nomeações

A governança do CREA-GO deve pautar-se pela transparência e pela meritocracia técnica. Recomenda-se o estabelecimento de critérios claros e objetivos para a nomeação de diretores e cargos estratégicos, considerando fatores como a capacidade de gestão e liderança, a antiguidade, a representatividade das diversas modalidades da Engenharia em sistema de rodízio, a participação ativa de mulheres, além de outros marcadores de diversidade e competência. A composição da diretoria deve refletir a pluralidade do plenário e a diversidade da categoria, assegurando uma gestão democrática e conectada com as diferentes realidades profissionais do Estado.

7. Planejamento conjunto com o SENGE-GO

A atuação do CREA-GO pode ser potencializada por meio de um planejamento conjunto e sistemático com o Sindicato dos Engenheiros. Essa parceria pode focar ações coordenadas de fiscalização, programas de qualificação profissional, eventos técnicos e projetos de voluntariado, entre outras iniciativas. É importante fortalecer experiências de cooperação institucional capazes de aprimorar a fiscalização em Goiás, com diálogo entre CREA-GO, Ministério Público do Trabalho, poder público, entidades de classe e setores produtivos. A articulação permanente permite identificar e enfrentar problemas de

descumprimento da legislação em segmentos importantes, como indústria, infraestrutura, energia, saneamento, agronegócio e administrações públicas.

8. Cargos e funções de Engenharia no setor público e Carreira de Estado

A defesa da Engenharia como Carreira de Estado deve ser uma bandeira permanente da gestão. O Conselho deve atuar politicamente para sensibilizar o poder público sobre a necessidade de cargos técnicos ocupados por profissionais concursados, com autonomia e estabilidade. A presença de engenheiros e engenheiras em funções estratégicas da administração direta e indireta é o que garante a continuidade dos projetos públicos, a otimização de recursos e a segurança técnica necessária para o bem-estar da população goiana. É fundamental que o CREA-GO, de forma articulada com o SENGE-GO e as entidades de classe, apoie o PL nº 3.118/2023, que trata da Engenharia como Carreira de Estado.

9. Valorização nas prefeituras municipais.

O Conselho precisa estabelecer um programa de atuação conjunta com o SENGE-GO e as entidades de classe voltado especificamente para as administrações municipais, a partir de experiências bem-sucedidas com gratificações de

responsabilidade técnica e com a valorização das carreiras técnicas nos municípios. O foco deve ser a implementação de carreiras que valorizem os engenheiros do quadro público e a consequente equiparação dos salários dessas carreiras com o Salário Mínimo Profissional nas prefeituras, acompanhando as transformações do mercado de trabalho. Essa articulação visa garantir que o poder público municipal conte com corpo técnico qualificado para enfrentar os desafios de infraestrutura, saneamento, mobilidade, habitação, energia e planejamento urbano, transformando a realidade local por meio da Engenharia valorizada.

10. Protagonismo no Cerrado e na resiliência climática

O CREA-GO precisa se consolidar como uma liderança técnica nos debates sobre a adaptação do Estado às mudanças climáticas, assegurando que o planejamento urbano e rural seja pautado por critérios rigorosos de Engenharia diagnóstica e preventiva. Em Goiás, essa responsabilidade envolve a proteção do Cerrado, a gestão dos recursos hídricos, o enfrentamento às queimadas e às secas, a drenagem urbana, o saneamento, a segurança de barragens, a mobilidade e a implantação de infraestrutura resiliente. É fundamental estabelecer protocolos de colaboração com o poder público para que a recuperação de infraestruturas afetadas por eventos extremos seja feita com soluções resilientes e sustentáveis, combatendo a cultura do paliativo.

Ao Conselho cabe fomentar a criação de bancos de dados técnicos e grupos de resposta rápida, garantindo que o conhecimento especializado dos engenheiros e das engenheiras goianas seja a base das políticas de prevenção de enchentes, erosões, incêndios florestais, escassez hídrica, riscos urbanos e demais eventos que ameaçam a sociedade e o desenvolvimento seguro de Goiás.

Outra preocupação deve focar a valorização da participação das entidades de classe e dos profissionais em conselhos, comitês, comissões e fóruns ligados à questão ambiental.

MENSAGEM FINAL

A consolidação dos pontos apresentados nesta Pauta Mínima, para as eleições do Sistema Confea/Crea/Mútua, não representa apenas um conjunto de reivindicações corporativas, mas um projeto de valorização técnica essencial para a soberania e o desenvolvimento de Goiás. O sucesso da próxima gestão do CREA-GO estará intrinsecamente ligado à sua capacidade de ouvir a base profissional e de agir com coragem política na defesa das prerrogativas da Engenharia, da Agronomia e das Geociências. É fundamental que o Conselho exerça seu papel de protagonista institucional, transcendendo a burocracia cartorial para tornar-se um indutor de políticas públicas e um guardião da dignidade salarial.

O fortalecimento do Sistema só será pleno se houver uma articulação orgânica e permanente com os sindicatos dos engenheiros. A convergência entre o órgão de fiscalização e o sindicato da categoria é o que garante ao profissional o suporte necessário em todas as frentes: da garantia de um ambiente de trabalho justo à proteção da reserva de mercado contra o exercício ilegal. Juntas, nossas instituições possuem a capilaridade e a força técnica necessárias para exigir que a Engenharia seja tratada como prioridade estratégica pelos governos e pela sociedade, combatendo a precarização e resgatando o orgulho de pertencer a esta categoria

Diante dos desafios impostos pelas transformações climáticas e pelas mudanças no mundo do trabalho, não há espaço para omissões. Esperamos que a futura presidência do CREA-GO acolha estas diretrizes como um pacto de cooperação em benefício de engenheiros e engenheiras que, diariamente, dedicam seu conhecimento à construção de um Estado mais seguro, sustentável e próspero.

O SENGE-GO reafirma seu compromisso de atuar como parceiro crítico e propositivo, zelando para que cada compromisso aqui firmado se transforme em ações concretas que mudem, de fato, a realidade da nossa profissão.